



Vale do Jacaré: Paisagem e Patrimônio, um Estudo Arqueológico no Município de Regeneração, Piauí, Brasil

Alexandre Rodrigues COSTA¹, Nelson Agapito Brandão RIOS²,
Décio Silva de SOUSA³, Jacionira Coêlho SILVA⁴

Resumo: Este artigo se refere aos aspectos, históricos, arqueológicos e geológicos existentes no município de Regeneração - PI, com destaque para a dinâmica espacial no vale do Jacaré e encosta da Chapada Grande. Diversas evidências foram identificadas, tais como, fósseis, artefatos líticos, assim como gravuras e núcleos de povoamento históricos. As origens do município remontam a 1772 com o estabelecimento da missão de São Gonçalo do Amarante, mediante a concentração das tribos indígenas *Acaroá* e *Gueguê*. Esta proposta foi despertada em estudos anteriores num projeto pedagógico que propôs o resgate histórico-cultural, através de ações voltadas para a Educação Patrimonial. Como resultado se buscou vestígios que comprovem o processo de ocupação do espaço na área em estudo.

Palavras-chave: Ocupação espacial. Paisagem. Patrimônio histórico-cultural.

Abstrat: *This article refers to the historical, archaeological and geological aspects in the municipality of Regeneração - PI, with emphasis on the spatial dynamics in the Jacaré valley and the Chapada Grande slope. Various evidences have been identified, such as fossils, lithic artifacts, as well as historical etchings and settlements. The origins of the municipality go back to 1772 with the establishment of the mission of São Gonçalo do Amarante, through the concentration of the indigenous tribes Acaroá and Gueguê. This proposal was awakened in previous studies in a pedagogical project that proposed the historical-cultural rescue, through actions directed to Heritage Education. As a result, we searched for traces that prove the process of space occupation in the study area.*

Keywords: *Space Occupation. Landscape. Historical and cultural heritage.*

¹ Mestre em Arqueologia – UFPI

² Mestre em Engenharia de Materiais – UFPI

³ Biólogo – FAMEP

⁴ Professora do Centro de Ciências da Natureza – Universidade Federal do Piauí

1. INTRODUÇÃO

Do ponto de vista arqueológico a paisagem é um artefato por excelência. Para Milton Santos a principal forma de relação entre o homem e a natureza, ou seja, entre o homem e o meio, é dada pela técnica. As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o ser humano realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço. Esse meio é criado, ou seja, antropizado através da técnica, como resultado da ocupação do espaço pelo dinamismo cultural da espécie humana (SANTOS, 2001).

Sob esse prisma, o presente artigo aborda a ocupação espacial no vale do Jacaré no município de Regeneração, considerando que os registros arqueológicos encontrados naquele ambiente são resultantes do trabalho humano (FUNARI, 2006). Esse registro constitui-se patrimônio do município, que deve ser reconhecido e estudado conforme assegura a legislação brasileira na Lei nº 3.866 de 29 de julho de 1961, referendada pelo Art. 216 da Constituição Federal Brasileira de 1988.

Outro conceito que fundamenta este trabalho é o de patrimônio. Essa palavra é empregada, com certa frequência, no cotidiano das pessoas. A origem dessa palavra segundo Choay (2006), está ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, isso por estar enraizada no espaço e no tempo. Atualmente é requalificada, por diversos adjetivos (genético, natural, histórico, cultural, etc.) que a tornou um conceito nômade, seguindo, hoje, uma trajetória distinta e retumbante. Entretanto, tornou-se relevante, no âmbito das ciências

humanas (principalmente, na Geografia), a construção desse termo enquanto categoria de pensamento: patrimônio cultural, arquitetônico, histórico, artístico, natural e imaterial; chegando a se consagrar ao chamado Patrimônio Cultural da Humanidade ou Patrimônio Mundial (COSTA, 2011).

As descobertas arqueológicas nesse município tiveram como ponto de partida ações do “Projeto Nossa Vila, Nossa Gente, Nossa História”, que visa o resgate e a valorização dos aspectos histórico-culturais sob o viés da Educação Patrimonial no município de Regeneração. Os resultados desse projeto vêm despertando interesse da comunidade e inspiraram a presente pesquisa, que pretende aprofundar o conhecimento sobre o rico Patrimônio ali existente, que deve ser reconhecido e preservado pelas atuais e futuras gerações. Esse projeto foi idealizado a partir da obra do historiador Reginaldo Miranda (2013), que estudou o Aldeamento São Gonçalo de Amarante. O centro histórico do município se encontra no local onde se estabeleceu esse aldeamento, assentamento dos índios das nações *Acaroás* e depois os *Guegueses* na segunda metade do século XVIII.

Compete, porém, aos poderes constituídos valorizar e preservar o Patrimônio local, estadual e nacional conforme o Art. 25, § 2º, que afirma que é de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: “*proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos*” (BRASIL, 2009, p. 40).

Diante do exposto o presente artigo tem como objetivo analisar a ocupação espacial do vale do Jacaré mediante estudos de sítios pré-históricos e do povoamento na região através da relação homem/meio ambiente. Tal abordagem sucedeu mediante pesquisa de campo definindo ocupação espacial dos nativos. Procedeu-se também a observação da área, produção de superfície, o posicionamento por meio do georreferenciamento dos registros arqueológicos e revisão bibliográfica. Tudo isso com a finalidade de contribuir para o processo de levantamento do patrimônio histórico-cultural do município de Regeneração proposto no projeto já mencionado.

2. ANALISANDO OS ASPECTOS ETNO-HISTÓRICOS

A colonização portuguesa no território que constitui o atual estado do Piauí deu-se do interior para o litoral diante do expansionismo da pecuária extensiva procedente da Bahia com direção para além do vale do São Francisco. Quando os rebanhos passaram a dispor de novas pastagens os conquistadores adentraram esse território e penetraram nos vales dos rios Gurguéia, Piauí, Canindé, Itaueira, Poti, Longá, entre outros que compõem a extensa bacia do Parnaíba (NUNES, 1975; MIRANDA 2013).

O atual município de Regeneração está localizado a cerca de 140 km de Teresina, capital piauiense, na região do Médio Parnaíba, surgiu desse processo de ocupação durante período colonial, época em que os sertões piauienses se constituíam primordialmente de pasto para a criação do gado bovino, tendo o índio como mão-de-obra.

2.1. Aldeamento: a origem

O aldeamento foi fundado pelo tenente coronel João do Rego Castelo Branco após a realização de uma campanha para conquista dos índios da nação Acaroá, durante uma jornada pelos sertões do Piauí no ano de 1771, tendo como resultado o aprisionamento desses índios em várias malocas conforme relato de pesquisador:

E durante essa jornada, já no vale do rio Tocantins, porém, não propriamente em suas margens, em outubro, alcança uma outra maloca dos Acoroás, assaltando-os sem sofrer baixa. Aprisiona cento e quatro deles, em sua maioria mulheres e crianças, uma vez que os homens conseguiram fugir para as montanhas. Conta-se que foram surpreendidos ao romper do dia, ao tempo em que se achavam entretidos com a sua dança, e que era esta sua única hora que tinha de divertimento. Então, vendo os homens que não os conseguiram seguir suas mulheres e filhos, combinou descer seu cacique que, enfim após algum entendimento, aceitou a proposta de João do Rego (MIRANDA 2013, p.32).

Com esse relato se tem conhecimento de como sucedeu a conquista dos Acoroás. Antes de serem conquistados eram conhecidos por *Acoroás-grandes*, em contraposição aos *Acoroás-mirins*, que depois foram designados como Tapacuás. Também foram denominados de *Acroás* (ou *Akroás*), *Corerás*, *Coroás*, *Coroados*, devido terem cabelos lisos e geralmente usarem-no cortado em forma de coroa de frade. Outras denominações que receberam foram *Acaroás*, *Acaroases* e *Acrás*. Semelhante aos *Gueguês*, eram índios “tapuias”, na antiga classificação

linguística dos jesuítas e primeiros viajantes, à qual pertenciam todos os índios não-tupi do Brasil. Ficaram conhecidos no Piauí desde 1678, quando foram combatidos por Francisco Dias d'Ávila. São classificados no Tronco Macro-Gê, ao qual pertence à maioria dos índios do Brasil Central (NUNES, 1975), (MIRANDA, 2013).

Durante o início do verão de 1772, o cacique Bruenque, junto à sua tribo resolveu abandonar as terras do Tocantins marchando para o Piauí, conforme o compromisso assumido diante do acordo com o tenente João do Rego. Por volta do mês de julho, nos subúrbios de Oeiras arranchavam-se mais de 876 *Acoroás*, que em setembro desse mesmo ano foram conduzidos para o novo arraial de São Gonçalo de Amarante que fundaria na fértil terra da cabeceira do Mulato, afluente do Parnaíba, a cinco léguas da confluência, distando ainda pouco mais de léguas da margem do Canindé (NUNES, 1975:125).

Durante a ausência do diretor João do Rego, os índios iniciaram o cultivo na terra e sementeira das primeiras lavouras. Isso causou prejuízos para o seu assentamento, atrasando o preparo da terra e, assim, prejudicando as primeiras colheitas. Pode-se afirmar também, que a ausência de João do Rego foi fator importante na condição psicológica dos índios, que além de se decepcionarem com a notícia da remessa de alguns de seus parentes (em torno de setenta índios) para o Maranhão no ano anterior, sentiram-se abandonados, traídos e jogados ao desamparo nos subúrbios de Oeiras, sem qualquer cuidado (Miranda, 2013). Sobre esse período de ociosidade, em que os índios estavam vagando,

testemunhou um juiz ordinário de Oeiras, momento quando João do Rego retornava à cidade:

“já havia meses que por ela tinha passado os *Acoroás*, descidos que todos os sexos e idades passavam de mil almas, andando todo este tempo à matroca, variando de assento, com gravíssimos prejuízos seus pelas doenças e mortes que padeceram, e dos vizinhos senhores das fazendas – pelos gados que lhe matavam, por se lhes não tiver antecipadamente buscado sito e dado as providencias necessárias” (ALENCASTRE, 1981:58-59).

O Aldeamento São Gonçalo de Amarante foi estabelecido com aproximadamente 1.237 índios *acaroases* no dia 26 de setembro de 1772 às margens do riacho do Coco, hoje conhecido como rio Mulato pelo tenente coronel João do Rego Castelo Branco. O nome do aldeamento homenageou o santo do mesmo nome e do Governador da Província, Gonçalo Lourenço de Castro (MIRANDA, 2013).

O primeiro vigário do aldeamento foi frei José da Silva Pinheiro, que viera do Maranhão para aldeia dos *Jaicós*, mas por ordem do governador assumiu o cargo em São Gonçalo no ano de 1773. Nesse mesmo período foi contratado para mestre dos índios José Fernandes, de São João de Sendé. Também foi enviada para o aldeamento no mesmo ano a mãe de um soldado chamado Salvador dos Reis. Ela foi com a finalidade de ensinar os *Acaroás* a fiar e a tecer algodão (BAPTISTA, 1994. p. 70)

Segundo Miranda (2013), os indígenas que foram estabelecidos nessa missão fizeram três tentativas de

fuga. A primeira foi durante a ausência do Cacique Bruenque que tinha partido para Aldeias Altas (atual Caxias, do Maranhão) em busca de parentes. Diante do descaso, da fome, dos constantes abusos às suas mulheres por parte dos soldados, resolveram fugir do aldeamento em janeiro de 1773. Tais tentativas foram sucumbidas com violenta repressão por parte das autoridades da época, o que ocasionou um grande massacre dos Acaroás. A terceira aconteceu em 1780 época em que se encontrava no aldeamento os guegueses. Apesar desses não se unirem com os Acaroás também se organizaram para fuga que não comum com a tribo rival.

Interessante fato ocorrido nesse aldeamento foi à presença dos cientistas alemães Carl Friedrich Philipp Von Martius (1794-1868), botânico, e Johann Baptist Von Spix (1781-1826), zoólogo. Viajavam pelo Brasil a serviço da coroa, com o objetivo de estudar a fauna e a flora do país, em cuja atividade passou dois anos e onze meses. Durante esse período percorreram pelo interior, de São Paulo a São Luiz do Maranhão, de onde embarcaram para Belém do Pará, subindo o Amazonas até Tefé, e daí, pelo Japurá, até Nova Granada. Reuniram grandes quantidades de espécies de planta, e Martius, sobrevivendo a Spix, pode dedicar ao país uma importantíssima obra científica. Em seu valioso livro de registro das andanças *Reise in Brasilien* (viagem pelo Brasil, em 3 volumes) contam passagens da realidade brasileira naquele período de pré-independência, no governo de D. João VI. Eles estiveram de passagem pela freguesia de São Gonçalo, durante a trajetória para São Luiz do Maranhão. Com referência a população de Gueguês e Acoroás, informa-se que segundo a nota do vigário, constavam apenas umas 120 pessoas e mesmo estas nem todas

de origem sem mistura. Descreve seu aspecto de melancolia e dez que vagavam em abstrata inércia (NUNES, 1975), (MARTIUS, 1973).

No início do século XVIII o aldeamento foi elevado freguesia. Em 1843 tomou posse da capitania o Dr. Idelfonso de Sousa Ramos. E em 1844 o governo provincial por decreto, autorizou a transferência da capital do Piauí para as margens do rio Parnaíba entre a foz do Canindé e a do Mulato, pertencente ao território de São Gonçalo. Quando José Antônio Saraiva assumiu o comando da Província em 1850, visitou pessoalmente as obras da ladeira do Castelo, o pior trecho na estrada real de Caxias a Oeiras. Foi reconstruído pelo mestre de obras português João Isidoro França. Saraiva achou desvantajosa a localização da Vila São Gonçalo para sediar a capital e resolveu transferi-la para a Vila do Poti, hoje Teresina. Em 1852 no ato da transferência da Capital, Saraiva e sua comitiva pernitoou em São Gonçalo (atual Regeneração), único momento em que a Vila São Gonçalo foi capital do Piauí, por apenas vinte e quatro horas. Em 16 de julho de 1861, a sede vila de Regeneração foi transferida para a antiga passagem do São Francisco, na margem do Parnaíba, também conhecida como Barra do Mulato, hoje cidade de Amarante. A antiga vila foi então denominada como São Gonçalo Velho.

2.2 Marcos patrimoniais de Regeneração

A concepção de patrimônio pode ser confundida com a de propriedade, pois atualmente esses conceitos segundo Gonçalves (2003), estão ligados a bens de natureza ideológica, moral, religiosa, política, jurídica, estética, psicológica e também, natural; pois existem distintos valores que são

atribuídos ao ambiente, aos objetos e às práticas sociais que, limitadamente, simbolizam a apropriação da natureza, a espacialização da sociedade ou a organização de espaços urbanos, ao longo da história.

A noção de patrimônio evoluiu de forma lenta e gradual partindo da idéia de monumento enquanto objeto isolado a ser contemplado e preservado, até a concepção mais recente, que cobre de maneira complexa de diversos bens, todos os tesouros do passado, material e imateriais (COSTA, 2011).

Fica claro, dessa maneira, que a expressão patrimônio cultural, enquanto conjunto do que é transmitido consciente e inconscientemente pelos homens, depois de seu aparecimento sobre a Terra, tem sua origem no Século das Luzes, adquirindo força jurídica durante o século XIX, enquanto patrimônios nacionais criados paralelamente à construção das nacionalidades de vários países europeus (COSTA, 2012, p.12).

A Conferência Geral da Organização Das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO em sua 33ª reunião que ocorreu em Paris de 03 a 21 de outubro de 2005 fez a seguinte ratificação, afirmando: Que a diversidade cultural é uma característica indispensável para a humanidade; deve ser valorizado e cultivado em benefício de todos, pois ela cria um mundo rico e variado e nutre as capacidades, os valores humanos, constituindo, portanto, um dos grandes motores do desenvolvimento sustentável das comunidades, povos e nações (UNESCO, 2005), (COSTA, 2011).

Dentre os lugares destacam-se o centro histórico do município onde há Igreja Matriz de São Gonçalo, as

nascentes do rio Mulato e seu vale, a comunidade Coco dos Amâncios e suas práticas tradicionais, a caverna dos escravos na comunidade Brejo Grande, a gruta do Buritizinho, a furna dos Índios e as cercas de pedras na localidade Olho d'Água do Brejo, as cabeceiras do riacho Jacaré e o seu vale repleto de morros (dentre eles o morro do pico, pé do pico, da pirâmide, os dois morros, o da janela entre outros.). Também foi destacado as casas de farinha, a roda de São Benedito e São Gonçalo na zona rural, a dança do Tururu na comunidade Mata dos Morenos, o grupo de pagode Isabé Fulô, os reisados, o morro do cruzeiro que recentemente recebeu uma escadaria.

Segundo o relatório da Coordenação Registro de Conservação – CRC da Fundação Cultural do Piauí – FUNDAC, constatou que nos locais visitados (núcleo do município) não foi observado nenhum tipo de referencia, homenagem, monumento ou algo que remeta à memória do povoamento da cidade enquanto aldeamento indígena. Também que não está funcionando no município instituições específicas para guardar, proteger, promover ou difundir artefatos ou registros da cultura material e imaterial local (PIAUI, 2012).

Uma ação do projeto Escola Ecológica realizado em julho de 2012 reuniu estudantes representando todas as escolas da rede pública e privada, professores, diretores, coordenadores, comunidades e autoridades locais para a sinalização através da fixação de placas na região do vale do Jacaré, destacando a região como Patrimônio do município. Os lugares sinalizados foram: as cabeceiras do riacho Jacaré vale de pedras Apertarda Hora, riacho Caboclo Velho, riacho Carapina na localidade Saco Pequeno, piscinas naturais do Poço do Estreito, Poço da Mariquinha e Poço do Angico, vale das Esculturas,

riacho do Pico, Morro da Janela, Morro do Pico (COSTA, 2013).

Tais lugares tem significado cultural para os moradores da região pela existência de algumas lendas como, por exemplo, “O Carneiro Branco” e “Mata Encantada”. Durante recentes levantamentos de campo verificou-se o registro arqueológico na área, devido à existência de várias peças líticas como pontas de flechas, machados polidos e raspadores, indícios da marca do homem pré-histórico.

2.2.1 Estrada Real - o calçamento na ladeira de São Gonçalo

No ano de 1850, quando José Antonio Saraiva assume a administração da Província, com a situação melhorada, encontrou em andamento as obras da ladeira do Castelo, no termo de São Gonçalo, já referida, ligando essa vila a Caxias, então centro comercial da região. O mestre português João Isidoro seu construtor, mais tarde iria chefiar as obras na fundação de Teresina. Ao visitar a ladeira de São Gonçalo, Saraiva assim narra:

No dia 24 [de outubro de 1850] cheguei à ladeira do castelo que, como ponderei a V. Excelência se acha em obra. Essa ladeira era tão íngreme, tão cheia de penhascos e precipícios, que se considerava justamente o pior lugar da estrada de Caxias. Atualmente aquela ladeira se acha em estado de não afligir os caminhantes, a parte dela que se acha concluída deve ser considerada a melhor coisa da mesma estrada. A invernada tem de paralisar esta obra, e é isso mesmo recomendado, além de tudo pela prudência que aconselha um estudo sobre o que se acha feito para se aperfeiçoar o

que se está a fazer (CHAVES, 1993:31).

A Estrada Real Oeiras – Caxias passando por São Gonçalo denota a importância daquela povoação para a Província, naquele momento. Encontra-se atualmente abandonada sem integrar o patrimônio histórico-cultural piauiense, pois segundo historiadores o trecho calçado dessa ladeira até o momento não está nos registros do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

2.2.2 O centro histórico de Regeneração

Para Costa (2012), afirma que os bens culturais da humanidade são os representantes máximos da saga e da sede de conquista dos Homens sobre a Terra, no que se refere ao processo de valorização do espaço; pois representam a busca, nos mais díspares rincões dos continentes, da dominação de classes e do enriquecimento pela exploração de territórios conquistados, transformados, dominados e revalorizados.

As ações do projeto sobre a valorização dos aspectos histórico-culturais do município de Regeneração destacaram em parceria com a FUNDAC- Fundação Estadual de Cultura, alguns lugares que apresentam valor patrimonial que estão sendo vistos pela população após a divulgação dessas descobertas.

O município de Regeneração sofreu uma série de alterações com relação à sua emancipação política. Pelo decreto-lei estadual nº 1279, de 26-06-1931, o município foi extinto, sendo seu território anexado ao município de Amarante, como simples distrito. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município passou a integrar Amarante, como distrito. Foi elevado

novamente à categoria de município com a denominação de Regeneração, pelo decreto estadual nº 1519, de 15-02-1934, portanto, desmembrado de Amarante, tendo como Sede o antigo distrito de Regeneração, sendo reinstalado em 29-03-1938. No ano de 2004, na gestão do prefeito Alfredo Leal Nunes foi criado o decreto municipal reconhecendo a emancipação política no dia 02 de dezembro de 1882 conforme pesquisas do historiador e advogado Reginaldo Miranda (COSTA, 2011).

A transferência da sede da vila na metade do século XIX para a Barra do São Francisco, atual município de Amarante, veio repercutir para a configuração do centro histórico de

Regeneração, pois vários casarões e prédios comerciais foram edificados na nova sede, após a transferência.

No centro histórico foi edificada a igreja matriz de São Gonçalo que foi erigida próxima ao lugar onde se elevou a primeira capela do aldeamento em 1773. Destacam-se alguns casarões que já sofreram alterações, outros já demolidos. Dentre eles, ressalta-se o do Coronel Doca construído no século XVIII. Há também o prédio onde funcionou a primeira escola agrupada que sedia a prefeitura municipal local. Entre os demolidos, há memória do mercado municipal da metade do século XX (Figura 1).



Figura 1. Centro histórico de Regeneração na década de 1950. Feira livre no mercado público. Fonte: Projeto Nossa Vila Nossa Gente Nossa História, 2011.

2.2.3 O rio Mulato

O coronel João do Rêgo Castelo Branco escoltava os índios Acaroás por decisão do governador da Província, Gonçalo Botelho de Castro, quando decidiu estabelecê-los na mata do Poti, onde se localiza atualmente a cidade de Teresina. Durante o trajeto de Oeiras à mata do Poti, ele descobre as cabeceiras do rio Mulato e “resolve por estabelecê-los na região e constata a existência de seis léguas de terras férteis” (MIRANDA 2013).

Rodrigues (2004) em estudo sobre geografia e história do Piauí relata a importância do rio Mulato na transferência da Capital do Piauí, Oeiras, para a Vila do Poti (atual Teresina). No ano de 1844 foi votada uma lei na gestão do Dr. Manoel Idelfonso de Sousa Ramos, que determinava a mudança da capital para a margem do rio Parnaíba, na confluência com o riacho Mulato, e criava a cidade de Regeneração antiga Vila de São Gonçalo de Amarante ou “São Gonçalo Velho”.

Por esse motivo, esse rio é muito importante para o contexto histórico-cultural do município, pois foi também pela sua existência que se resolveu estabelecer o aldeamento onde hoje está instalada a sede municipal de Regeneração, podendo-se também concluir que Regeneração é uma dádiva do rio Mulato.

Importante fato para a região foi à instalação de vários engenhos no vale do riacho do fim do século XIX para o início do século XX, o que movimentou a economia do município com o cultivo da cana-de-açúcar. A maioria dos engenhos foi extinta a partir dos anos 1980, alguns abandonados e outros em ruínas (COSTA, 2011).

2.3.4 Chapada Grande

Assim como o rio Mulato, a Chapada Grande faz parte do patrimônio natural e ecológico de Regeneração. E recentes pesquisas mostram a existências de vestígios arqueológicos nesse ambiente.

A Chapada Grande é umas das maiores elevações do município. Seu complexo está situado no extenso território em que se insere Regeneração, Arraial, Várzea Grande, Tanque do Piauí e Oeiras. Possui altitudes que variam de 430 a 455 metros (JACOMINE et. al. 1986).

A morfologia pertence ao planalto Maranhão-Piauí, localizada na região do Médio-Parnaíba. Apresenta vegetação típica do cerrado e nas proximidades de suas encostas, verifica-se vegetação de transição com predominância da caatinga, cerrado e mata de cocais. Está localizada a 20 km da sede do município de Regeneração – PI e nas suas adjacências existem vários povoados e localidades rurais. De acordo com Miranda (2013) na época da instalação do aldeamento São Gonçalo do Amarante os indígenas das tribos *Acaroás* e *Gueguês* fugiram do aldeamento e se refugiaram nas matas e encostas da Chapada Grande, quando escapavam dos soldados que serviam à administração daquele aldeamento (PIAÚÍ, 1992).

As atividades que se desenvolvem na chapada nos dias atuais são a agricultura itinerante, a coleta da fava danta, da fava de bolota ou faveiro, uma das espécies de árvores de grande predominância, e a criação extensiva de caprinos e bovinos. As famílias migram para a chapada e se estabelecem em

ranchos improvisados, podendo ficar até aproximadamente todo o período da safra que vai de agosto a novembro. Após a coleta a fava é acomodada em sacos, sendo vendida no quilo. Os catadores repassam o produto a compradores de outras regiões do estado que adquirem a fava para processá-la como ração para o gado bovino e caprino. De acordo os próprios catadores, o lucro dessa atividade está na quantidade de fava que cada família coleta durante toda a safra (COSTA, 2004, p. 5), (BRASIL, 1961).

Parte de suas encostas está localizada no município de Regeneração nas proximidades do Vale do rio Jacaré, afluente do rio Canindé. Esse ecossistema é importante patrimônio para o município, pois detém uma parte da fauna e flora, que se encontram ameaçadas devido às ações antrópicas, como as referidas práticas tradicionais da exploração do faveiro e da fava danta, o desmatamento, a agricultura itinerante e, atualmente, o agronegócio de grãos com destaque para o cultivo da soja e o eucalipto, com o estabelecimento da Fazenda Chapada Grande de enorme estrutura mecanizada, com plantadeiras, colheitadeiras, variedades de tratores, galpões para armazenamento (COSTA, 2005).

3. O REGISTRO ARQUEOLÓGICO NO VALE DO JACARÉ

O termo paisagem é muito utilizado no dia-a-dia das pessoas e nas diversas ciências, sobretudo nas sociais e humanas. Paisagem, espaço e região são termos bastante empregados na geografia, disciplina que cuida das relações entre o homem e o ambiente, ou seja, o espaço geográfico. A noção de

paisagem, segundo Morais, (2007) se diferencia conforme de que é objeto, resultando numa abordagem específica, particular. Por isso há diferentes enfoques para geógrafos, historiadores e arquitetos utilizam no trato da paisagem que, de maneira simples, tem sido definida por vários autores como “*a parte de um território que a natureza apresenta ao observador*”. (MORAIS, 2007 p.104)

Estudar paisagem em Arqueologia envolve uma série de questões complexas, como as maneiras com que grupos pré-históricos moldaram seus espaços; as situações que abarcam uma variedade de processos tanto relacionados à organização desse espaço, quanto a sua modificação em função de uma diversidade de interesses que incluem: subsistência, questões de ordem econômica, social, política, cognitiva, ideológica, de poder, simbólica ou religiosa (HODDER, 1986).

Os estudos no vale do Jacaré se iniciaram com as ações do projeto “Nossa vila, nossa gente, nossa história” da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC, já referido, quando se buscou possíveis locais de passagem dos indígenas. Como referências preditivas dessa presença existem topônimos tais como riacho dos Caboclos e Furna dos Índios, lugares que, pela tradição oral, serviram de abrigo aos *Acaroás* e aos *Gueguês* durante as fugas do aldeamento no século XVIII (MIRANDA, 2013).

Foi na fase de prospecção, que se percebeu a presença das cercas de pedra feitas pelos indígenas e escravos, e marcas do homem pré-histórico pela quantidade de artefatos de peças líticas, gravuras rupestres, ruínas de fazendas e localidades em ruínas.

Segundo Costa (2011), o vale apresenta um rico patrimônio histórico-cultural, ecológico e arqueológico. Porém não há registro desse patrimônio sob forma de Inventário. Todavia, tal proposta já foi apresentada através do projeto que encaminhou à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, como organização de inventário patrimonial pelo gestor municipal em parceria com a FUNDAC.

3.1. Contexto Geoambiental

O riacho Jacaré nasce nas encostas do Complexo Chapada Grande que integra parte do ecossistema do município de Regeneração, mas atualmente vem sofrendo grandes alterações devido à instalação da agricultura mecanizada (COSTA, 2005). O lugar das principais nascentes recebe o nome de Cabeceiras. Devido ao processo de sedimentação o curso do Jacaré apresenta-se em forma de cânion o que na verdade é uma falha geológica no relevo com mais de dois quilômetros de extensão a partir do local das nascentes. Durante o período de seca entre os meses de julho a novembro surgem alguns poços ou piscinas naturais no seu curso.

Recebe o nome Jacaré devido à presença do réptil existente em grande quantidade em décadas anteriores. Atualmente vem diminuindo devido aos impactos ambientais como, a caça predatória, desmatamento, o desaparecimento de algumas nascentes e de lagoas ocasionadas por fatores climáticos. É um importante afluente do rio Canindé na região do Médio-Parnaíba. Durante o período de chuvas o rio aumenta seu volume devido à captação pluvial que desce dos morros que ladeiam o seu vale; são vários

córregos que para ele confluem desde as suas cabeceiras até a foz. Dentre os principais riachos que alimentam o Jacaré destacam-se o do Pico, o Carapina, o Caboclo Velho, o Buritizinho, o Musele, além de outros, chamados de passagens molhadas. A principal lagoa existente no vale chama-se Inhuma, cercada de vegetação de carnaúba, local utilizado para pesca e caça pelos moradores da região (COSTA, 2011).

O relevo da área em estudo, ora em forma de “mesa” (encostas retilíneas e topos horizontais), ora em forma de picos, é referido por Lima (1987), como pertencente aos baixos planaltos dissecados do Médio Parnaíba, que servem como divisores topográficos dos rios Longá, do baixo curso do rio Poti, e do médio e baixo curso do rio Canindé. Suas altitudes máximas variam entre 200 a 400 metros conforme apresentados na figura 02. Para o geógrafo Gabriel Baptista, (1994) a formação orográfica da região, apresenta-se como espécie de cuesta, descreve as características das serras com declividade suave para um lado e abrupta para o outro, com formação de morros isolados em seu interior, resultados da ação eólica e pluvial. São originários do período Devoniano, sendo a formação orográfica da região regenerense a Pedra de Fogo.

Com relação à geologia no vale, em sua maior parte, apresenta arenito friável, além de sílex e quartzo. Mas, segundo a Fundação CEPRO, outras formações geológicas são identificadas na região: a Formação Piauí (arenito, calcário, folhelho e siltito) e a Formação Poti (arenito, folhelho e calcário) (PIAUI, 1992).

O vale apresenta em suas adjacências vários morros que se

destacam pela sua morfologia. Dentre eles destacam-se, o do Pico com altitude aproximada de 390m sendo um dos mais elevados no complexo, o Pé do Pico, o da Arara, da Janela, o do Félix, a Tromba do Riachão, e o da Pirâmide, entre outros. Constituem importante Patrimônio para o município de Regeneração por causa da beleza cênica que marca a paisagem, cujo responsável pela atração de grupos humanos desde os tempos pretéritos até o presente. (Figura 2).

As condições climáticas do município de Regeneração apresentam temperaturas mínimas de 16°C e máximas de 36°C, com clima quente

tropical. A precipitação pluviométrica média anual (com registro de 1.250 mm, na sede do município) é definida no Regime Equatorial Continental, com isoietas anuais entre 800 a 1.400 mm. No vale do Jacaré, devido à influência da Chapada Grande, esta é um fator importante para interferir nas condições meteorológicas dessa região e suas adjacências. O regime pluviométrico pode variar diferentemente das condições meteorológicas. Devido ao relevo ondulado, a sensação térmica de calor principalmente em áreas de maior altitude, é maior do que na sede do município durante os meses de seca entre julho e novembro (CEPRO, 1992), (JACOMINE, 1986).

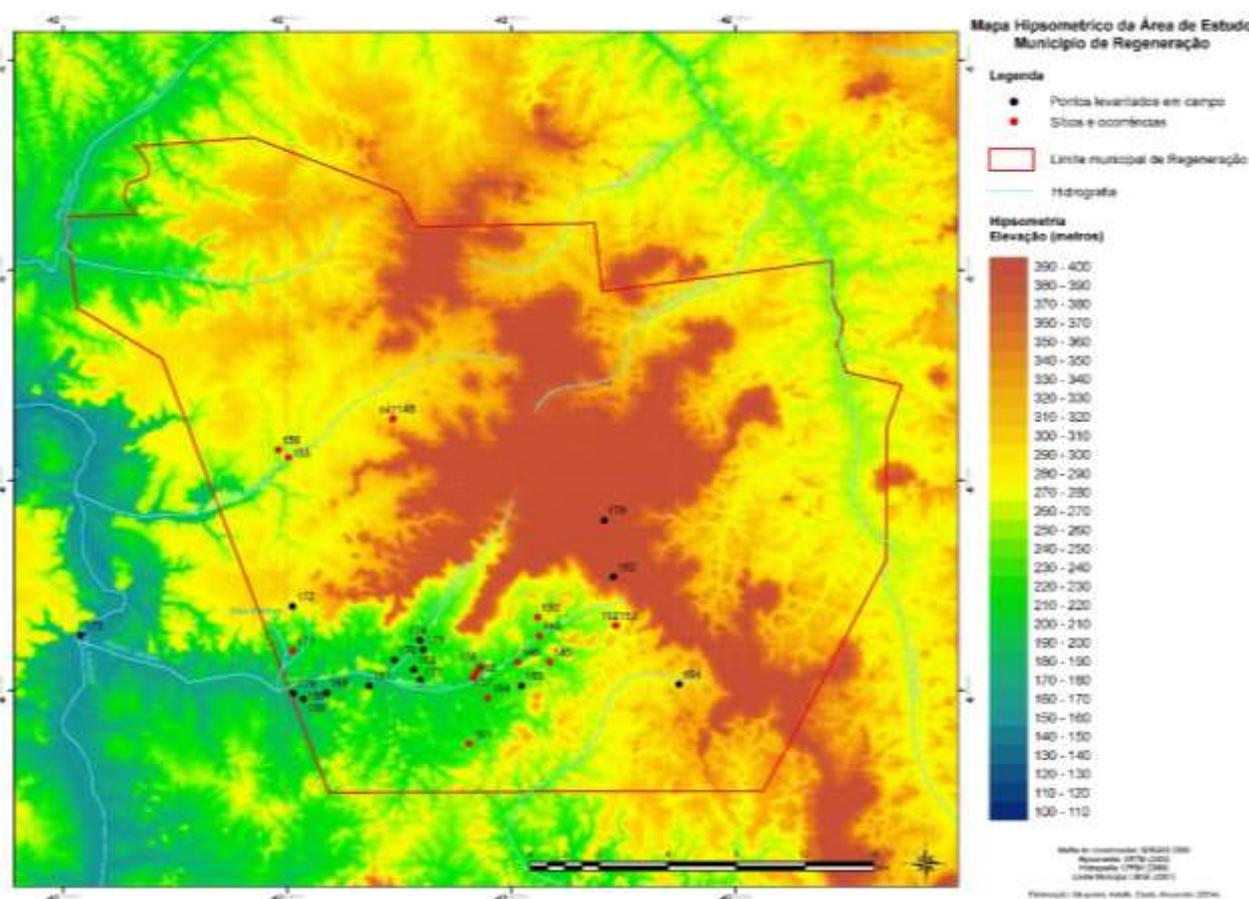


Figura 2: Hipsometria da área de estudo. Fonte Costa (2015)

A vegetação predominante é de transição com a presença do cerrado, caatinga e vegetação de cocal com a carnaúba e o babaçu. Entre as principais espécies destacam-se: o ipê amarelo (*Tabebuia serratifolia*), ipê-roxo (*Handroanthus impetiginosus*), jatobá (*Hymenaea courbaril*), anjico (*Anadenanthera macrocarpa*), angelim (*Andira anthelmia*), tamboril (*Enterolobium maximum*) e aroeira (*Astronium urundeuva Engl.*). Com relação à fauna local há o jacaré (*Crocodylidae caiman*), onça vermelha (*P. concolor*), veado mateiro (*Mazana sp.*), paca (*Cuniculus paca*), cutia (*Dasyprocta*), tatu (*Dasypodidae*), tamanduá (*Tamandua tetradactyla*), variedade de aves como: arara-maracanã (*Ara maracanã*), papagaio (*Psittacus sp.*), jandaia (*Aratinga cactorum cactorum*), seriema (*Cariama cristata*), juriti (*Leptotila*), marreco (*Anas platyrhynchos domesticus*), frango d'água (*Gallinula cholopus galeata*), inhuma (*Anhima cornuta*), entre outras (COSTA, 2003, BRASIL, 1997). Nas cabeceiras do riacho onde está localizado o cânion observa-se a vegetação de transição de cocais, cerrado e caatinga. O relevo apresenta-se com formação de arenito friável bastante frágil. O rio recebe tributários de regime temporário, tornando-se volumoso no período de chuvas que acontece nos meses de janeiro a abril (Figura 3).

Existem várias localidades e povoados na região, porém o maior núcleo populacional é a comunidade Jacaré sendo também a maior comunidade rural do município. Está localizada a 56 km da cidade de Regeneração e a 13 km de suas principais cabeceiras próximo à encosta

da Chapada Grande. Surgiu por volta de 1913 com a realização de uma feira por tropeiros e comerciantes, embaixo de uma árvore de Angelim. Acredita-se que essa prática já acontecia há algum tempo nessa região, por estar próxima da antiga Estrada Real trecho de Oeiras a Aldeias Altas (atual cidade de Caxias), no Maranhão.

De acordo com depoimento do latifundiário da região, Edvar Cavalcante, neto de um dos maiores latifundiários e comerciantes da região, esse lugar fazia parte da rota do gado bovino oriundo do Estado de Goiás e Bahia conduzido para o Piauí no século XIX e início do século XX. Mas foi a partir da década de 1940 que teve início a efetiva ocupação do lugar, através da posse de terras com fins de comercialização da cera de carnaúba por migrantes do estado do Ceará (COSTA, 2011).

A comunidade atualmente conta com vários benefícios como poços tubulares, telefonia fixa, escola pública, posto de saúde, rede elétrica, torre para recepção de canal de TV local, internet, ruas calçadas, templos, quadra de esporte, mercado público. O monumento de valor cultural na comunidade é a Igreja N. Senhora Auxiliadora construída pelos moradores na década de 1940, a Mata do Encanto, Morro do Pico e a antiga casa rústica coberta com palha de carnaúba do latifundiário Guilherme Xavier de Oliveira, vulgo Oliveira (Figura 4).

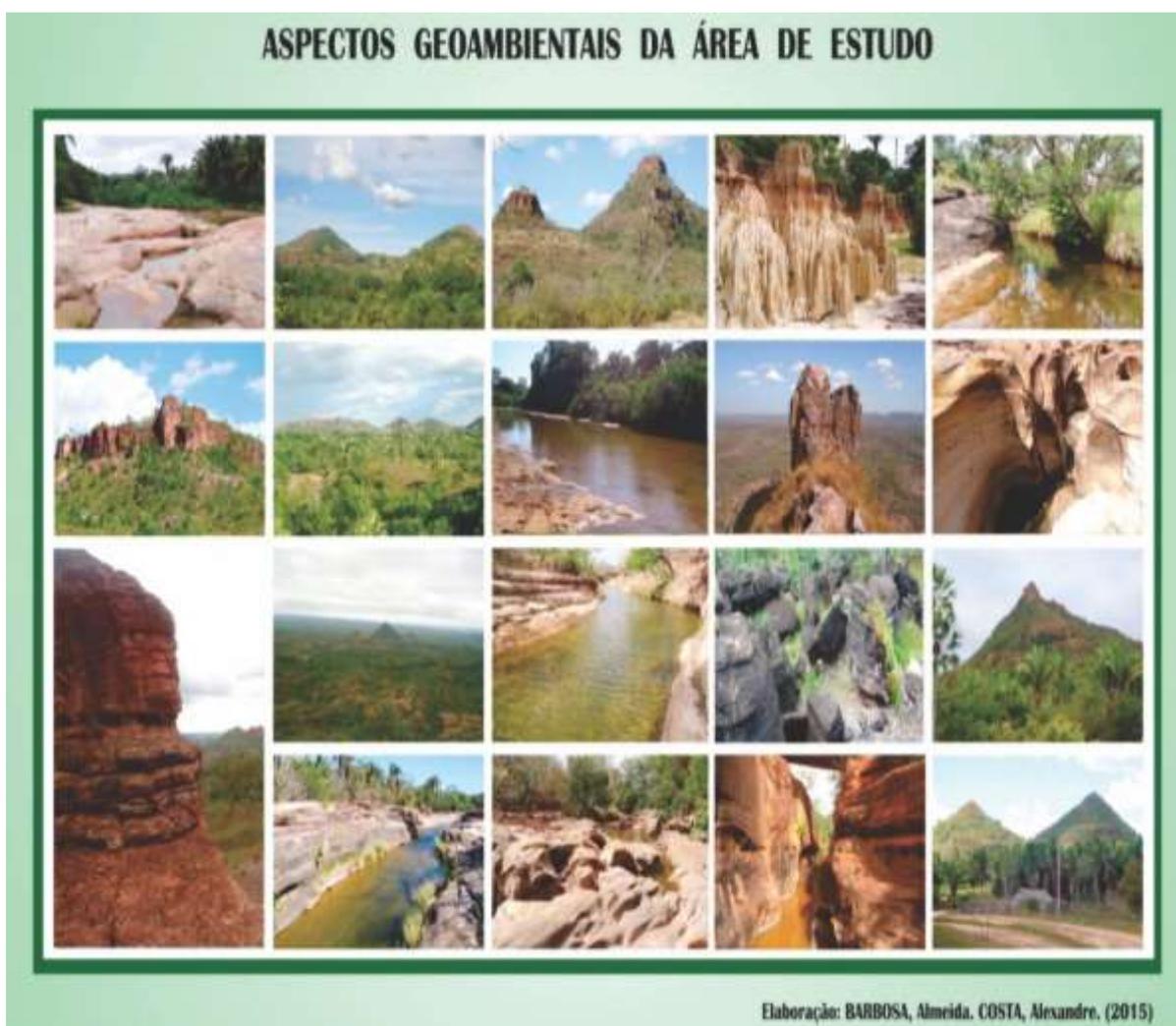


Figura 3: Painel do vale do Jacaré com geosítios e vestígios arqueológicos. Fonte Costa (2013).

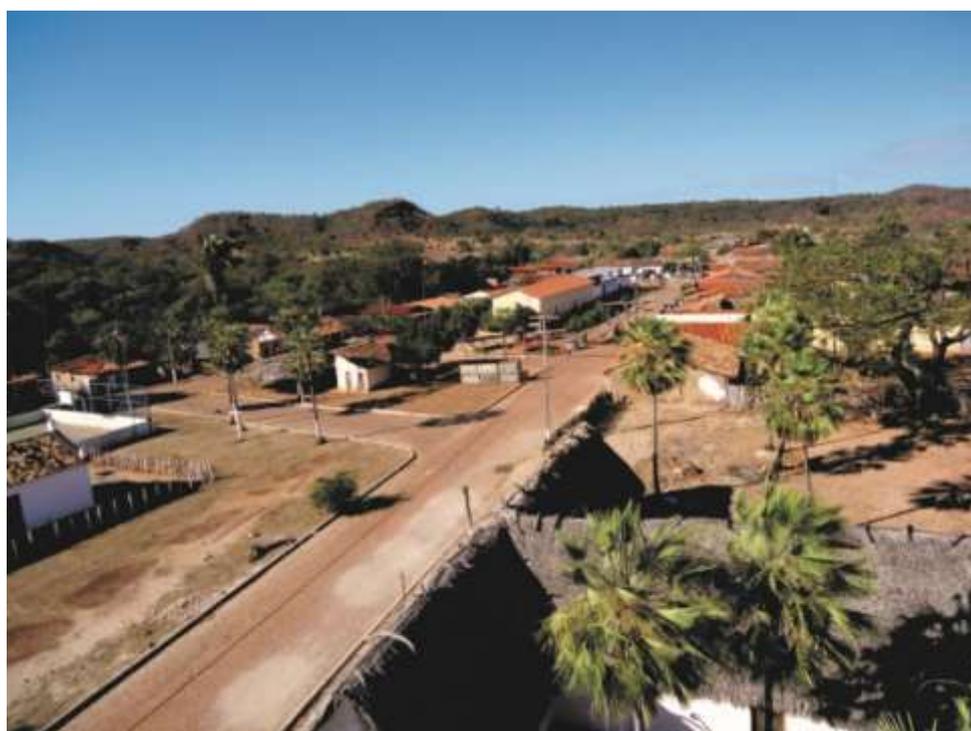


Figura 4: Centro da Comunidade Jacaré. Autor: Costa (2014).

3.2 Os vestígios arqueológicos

O objeto de estudo da Arqueologia é o registro arqueológico em sua *totalidade contextual*, de modo que seja possível à compreensão do comportamento humano em escala diacrônica e espacial, via associações e inter-relações entre remanescentes culturais, a matriz arqueológica em que estão envolvidos e o entorno direito, portanto, a paisagem em seus elementos físico-bióticos (FAGUNDES e PIUZANA, 2010).

Schiffer (1972) chama atenção sobre alguns fatores que interferem no registro arqueológico, ao afirmar que este se encontra disposto no meio natural sendo influenciado por ações que regem esse meio como: erosões, sedimentações, bioturbações, uso e ocupação do solo, etc. O processo de erosão no vale do Jacaré é muito dinâmico causado pelo intemperismo que atinge, sobretudo, os morros da região com a ação das águas pluviais transportando e acumulando sedimentos durante todo o curso do rio.

A paisagem arqueológica assume o caráter de fenômeno social dentro de contextos históricos específicos, portadora de símbolos interpretáveis em meio à grande quantidade de significados com os quais que está envolvida (GEERTZ, 2008). Os estudos da paisagem em Arqueologia assumem, portanto, uma postura multidisciplinar, em que diferentes métodos e conceitos são envolvidos para a observação, apreensão e explanação de um fenômeno, ou seja, na ordenação e formulação dos fenômenos de modo que sejam suscetíveis à explicação.

Sob esse viés, o que é chamado de espaço moldado nada mais é do que

a paisagem enquanto construção social, o que amplia sensivelmente a visão de sítio arqueológico. Portanto esse processo ajuda a compreender que um dos focos de análise da Arqueologia, traz consigo as marcas das diferentes ocupações em longa duração e, dessa forma, a possibilidade de *leitura* de conceitos caros à Arqueologia como: continuidade e mudança, simbolismo, organização tecnológica, mobilidade, obtenção de recursos, sistema de assentamento e suas interconexões (FAGUNDES, e PIUZANA, 2010).

O último agente que modifica a superfície terrestre ou o espaço geográfico é o homem. Ele deve ser considerado diretamente como um agente geomorfológico, já que vem alterando cada vez mais as condições de denudação e de colmatação da superfície terrestre afim de satisfazer suas necessidades e com isso produz cultura (CORRÊA e ROSENDAHL, 2007).

Durante trabalho de campo foram encontrados vestígios paleontológicos como fósseis de árvores e arqueológicos como peças líticas e gravuras rupestres. Dentre alguns lugares destacam-se: as Cabeceiras, local onde nasce o rio, o vale rochoso Apertada Hora, o riacho Musele e a Chapada Grande. Os objetos líticos pré-históricos tinham uma série de finalidades utilitárias como cortar, raspar, perfurar, talhar, quebrar esmagar, ou moer, conforme o instrumento, assim como facas, raspadores, lanças, moedores, percutores, buris, furadores e flechas (MARTIN, 2008). A necessidade de caçar e de se defender levou o ser humano a se munir de armas como meio de sobrevivência, dependendo do conhecimento da técnica para a fabricação desses instrumentos.

A presença desses artefatos mostra que grupos caçadores interagiram com esse ambiente, pois durante pesquisa verificou-se a presença de matéria-prima para produção de machados, raspadores e ponta de flechas. Também há existência de abrigos conhecidos como cavernas ou furnas, localizado nas encostas da serra. Outros lugares são usados para a subsistência, como os riachos, as piscinas naturais, lagoas e alagadiços, através da cultura de práticas tradicionais, a caça e a pesca que permanece até os dias atuais. Outra dessas práticas locais é da agricultura itinerante.

Durante prospecção foram identificadas no vale rochoso Apertarda Hora, várias peças líticas, com a presença de núcleos de sílex, fragmentos de rochas lascadas, percutores, vários blocos areníticos em formas de lapiás e megalíticos. Na localidade Morro Branco localizada no sopé da Chapada Grande foram encontrados artefatos líticos como ponta de projétil, instrumento muito utilizado por grupos caçadores. (Figura 05).

Além dos artefatos líticos observou-se também outras marcas deixadas pelo homem na paisagem como restos de cerâmicas, de telhas antigas, ruínas de casas de taipas, cercas de pedras, curtumes e gravuras rupestres no poço do Estreito no rio Jacaré e também gravura histórica de violão num local conhecido como lajeiro da viola próximo ao riacho Musele, um dos principais afluentes do rio Jacaré. As ruínas de fazendas antigas onde existiram engenhos retratam que em áreas do vale se cultivava a cana-de-açúcar para a produção de rapadura e aguardente, e até uma antiga estrada

feita de forma braçal para acesso dos primeiros carros na região (Figura 05).

O processo de interação do homem com o ambiente resulta no desenvolvimento da capacidade de os seres humanos se comunicarem por meio de símbolos, usando esse ambiente, enfim na produção da cultura. Entretanto a concepção de cultura também está vinculada ao conceito de meio-ambiente, ou seja, a cultura é concebida como um artifício adaptativo pelo qual o homem acomoda-se à natureza e a natureza ao homem sendo que este, na cultura aproveita a energia livre e a coloca a trabalhar para a humanidade (CORRÊA e ROSENDAHL, 2007).

Nessa concepção se pode afirmar que a cultura permite a organização social por meio dos sistemas de significação criados, recriados e transmitidos por um grupo e que, de certa forma, dá sentido à vida em sociedade. Ou seja, o mundo em sua materialidade é pensado e compreendido pelas sociedades *ditas* primitivas, diferente da lógica tecnicista do mundo ocidental, mas não menos objetiva (LÉVI-STRAUSS, 2008).

Após as prospecções de campo em superfície levantando os registros observáveis, organizou-se o mapeamento da área de estudo conforme Figura 06. Esta fase foi realizada mediante a pontuação das coordenadas geográficas, obtidas em aparelho de GPS Etrex Vista Garmin Ltda Copyright 1999 – 2006. Ressalta-se que essa pontuação se inicia com o nº 145.



Figura 5: Vestígios arqueológicos, paleontológicos e ruínas de fazendas antigas. Fonte: elaborada pelos autores (2014).

No entanto, a arqueologia ao estudar a paisagem, trata da inclusão da práxis arqueológica em coordenadas espaciais, segundo afirmação do espanhol Criado Boado (1991). A capacidade de georreferenciar procedimentos, cenários ou sistemas regionais de povoamento lhe confere a competência para tratar de assuntos relacionados com o design da arqueologia em sua dimensão de planejamento, gestão e manejo do patrimônio arqueológico (CRIADO BOADO, 1991).

Analisando a espacialidade do vale do Jacaré podemos afirmar que o processo de artificialização desse

ambiente resultou na sucessão de cenários plenamente articulados, reforçando a complexidade do conceito de paisagem construída. Segundo Fagundes e Piuzana (2010), a paisagem analisada pelo arqueólogo não é apenas o ecossistema, mas, também, o lugar pleno de assinaturas antrópicas que se sucedem no tempo. Pela forma e evolução da paisagem construída, procura-se chegar aos seus autores.

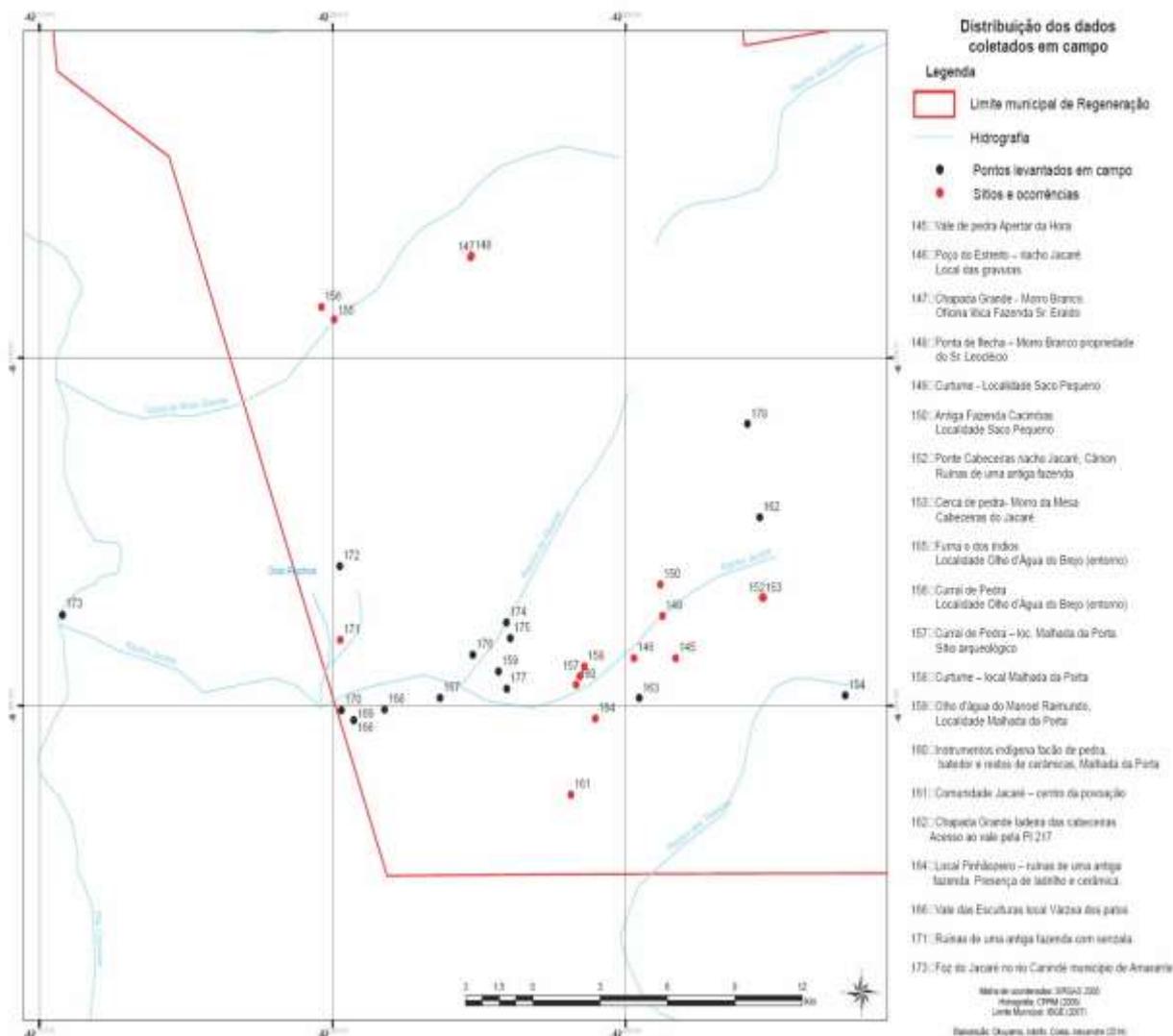


Figura 6: Mapeamento de sítios levantados em campo. Fonte: acervo dos autores (2014).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode se concluir que o vale do Jacaré continua sendo palco para o dinamismo cultural da presença humana, tendo a princípio como protagonistas grupos primitivos que viviam da caça e da pesca, cuja presença pode ser constatada na confecção de vários artefatos líticos, marcas do seu conhecimento técnico e tecnológico nesse ambiente. Em seguida, os registros da presença do índio do período colonial que se refugiaram naquela região e também dos negros que fugiram das fazendas segundo Miranda (2013) descortinam-se, com o

povoamento, a miscigenação, a passagem de tropeiros e a chegada de famílias de outras regiões do país.

No caso da arqueologia da paisagem, o termo é preferencialmente visto sob a ótica da sociedade, ou seja, a paisagem construída e continuamente reconstruída pela sociedade em mudança. Em suma, a paisagem como resultado do processo de artificialização do ambiente, objeto da arqueologia da paisagem, uma linha de pesquisa que estuda a regularidade, o arranjo e a distribuição das transformações do meio ambiente em uma área geográfica definida.

Na análise do processo de artificialização do vale do Jacaré cabe ressaltar que a arqueologia quando estuda a paisagem, está se ocupando da reconstrução ou recriação das paisagens, da natureza, em sua mudança, modificação, a partir da presença do ser humano no local. Portanto, essa idéia de paisagem apresenta uma conotação antrópica, que remete à presença humana num dado ambiente, alterando-o de modo a garantir sua subsistência, (VILLAESCUSA, 2006).

Nessa ótica, as investigações arqueológicas transcendem os espaços demarcados como assentamentos, para atender aos *espaços territoriais amplos*, ou seja, a paisagem arqueológica, percebida e compreendida pela sociedade que a ocupou cujas características são o resultado de fatores naturais e/ou humanos e suas interrelações, no que Criado Boado (1991, p. 06) caracterizou como conceito culturalista de paisagem.

Portanto, a paisagem onde estão inseridos os assentamentos arqueológicos é vista como um ambiente que ultrapassa os preceitos de uma entidade física intacta, mas que existe uma relação intrínseca com a dinâmica cultural, resultando na construção social, fundamentada pelos processos que atuam em uma sociedade (FAGUNDES e PIUZANA, 2010).

Donde se conclui que a paisagem arqueológica na qual Regeneração está inserida apresenta uma continuidade na presença humana responsável pelos atos antrópicos modificadores, concretizados no patrimônio como quais os habitantes da região se identificam afetivamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

- ALENCASTRE, José Martins Pereira de. Memória Cronológica, histórica e corográfica da Província do Piauí. 2ª Edição. Teresina: COMEPI, 1981.
- BAPTISTA, João Gabriel. Etnohistória indígena piauiense. Teresina: EDUFPI/APL, 1994.
- BAPTISTA, João Gabriel. Geografia física do Piauí: as terras. 3ª edição, 1º volume. Teresina: APL, 1996.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos da Amazônia Legal (MMA). Desertificação caracterização e impactos. Brasília: Inconfidência, 1997.
- BRASIL - PLANO NACIONAL DE CULTURA (PNC), Diretrizes Gerais, Segunda Edição 2008-2009, Brasília DF.
- CHAVES, Mons. Joaquim. Cadernos de Teresina. Teresina: FCMC 1993.
- CHOAY, F (2006) *A alegoria do patrimônio*. 3ª ed. Edunesp, São Paulo.
- CORRÊA, Roberto Lobato. ROSENDAHL, Zeny. (organizadores) Introdução à geografia cultural, 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- COSTA, Alexandre R. Projeto: A organização do espaço geográfico do Povoado Jacaré. Escola Municipal Guilherme Xavier de Oliveira, Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC, junho de 2003.
- COSTA, Alexandre R. Projeto: Os impactos Ambientais na Chapada Grande. Escola Municipal Profº *Revista de Geologia 32 (1), 2019.*

- Luís Gonzaga Pires. Secretaria de Educação e Cultura de Regeneração-Pi SEMEC, 2004.
- COSTA, Alexandre R. Projeto: Chapada Grande: exploração da fava do faveiro e os impactos ambientais. U. E. Aurora B. Oliveira, 6ª Gerência de Educação, Secretaria Estadual de Educação e Cultura, 2005.
- COSTA, Alexandre R. Projeto: Escola Ecológica, Comunidade Sustentável. Secretaria de Educação e Cultura de Regeneração - Pi SEMEC, 2013.
- COSTA, Alexandre R. Projeto: Nossa vila, nossa gente, nossa história. Secretaria de Educação e Cultura de Regeneração - Pi SEMEC, 2011.
- COSTA, Everaldo Batista da. Patrimônio e territórios urbanos em cartas patrimoniais do século XX. Finisterra, XLVII , 93, 2012, pp. 5-28.
- CRIADO BOADO, F. (1991). Construcción social del espacio y reconstrucción arqueológica del paisaje. *Boletín de Antropología Americana*, 24, pp. 5-29.
- FAGUNDES, Marcelo. PIUZANA, Danielle. Estudo teórico sobre o uso conceito de paisagem em pesquisas arqueológicas. *Revista Latinoamericana de Ciências Sociais, Niñez y Juventud*, vol. 8, núm. 1, janeiro-junho, 2010, pp. 205-220, Centro de Estudios Avanzados en Niñez y Juventud Colômbia.
- FUNARI, Pedro Paulo Arqueologia. 2ed. São Paulo: contexto 2003.
- FUNDAÇÃO CEPRO. Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí. Perfil dos Municípios Piauienses. 1992.
- GONÇALVES J (2003) O patrimônio como categoria de pensamento. In Abreu R (org) Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. DP&A, Rio de Janeiro.
- GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2008. desde 04.01.2011 em: https://identidadesculturas.files.wordpress.com/2011/05/geertz_clifford_a_interpretac3a7c3a3o_das_culturas.pdf] Acesso em 30.07.2015.
- HODDER, I. *Reading the Past*. Cambridge: Cambridge Press, 1986.
- JACOMINE, P.K.T. Levantamento exploratório – reconhecimento de solos do Estado do Piauí. Rio de Janeiro. EMBRAPA-SNLCS/SUDENE-DRN. 1986.
- LÉVI-STRAUSS, C. (2008). *O Pensamento Selvagem*. 9a ed. Campinas: Papyrus.
- LIMA, Iracilde M. de M. Fé. “Relevo do Piauí: uma proposta de classificação”. *Carta MARTIUS*, Carl Friedrch Philipp Von. Viagem pelo Brasil (1817-1820). São Paulo: Edições melhoramentos, 2ª Edição 1973. Tra. Lúcia Furquim Lahmeyer, revisada por B. F. Ramiz Galvão e Basílio de Magalhães.
- MIRANDA, Reginaldo. *São Gonçalo da Regeneração marchas e contra-marchas - da aldeia indígena aos dias atuais*. 2ª Edição 2013.

- MARTINS, Gabriela. Pré-história do Nordeste do Brasil. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1996.
- NUNES, Odilon. Pesquisas para a história do Piauí. Vol. I, II, III e IV 2ª Ed. Rio: Artenova, 1975.
- PIAUI – Fundação Cultural do Piauí, FUNDAC, Relatório de vistoria do patrimônio no município de Regeneração-Pi, Coordenação de Registro e Conservação, CRC, 2012.
- PIAUI – Perfil dos Municípios Piauienses. Teresina: Fundação CEPRO, 1992.
- REGENERAÇÃO, Plano Diretor Municipal, Etapa I e II, mapas. Secretaria Municipal de Administração, novembro de 2011.
- RODRIGUES, Joselina Pereira Rodrigues, Estudos Regionais, editora halley gráfica ed. 2004, Teresina.
- SANTOS, Milton. Por uma outra globalização; do pensamento único à consciência universal. 5. Ed. Rio de Janeiro, Record, 2001.
- SCHIFFER, M. B. Archaeological Context and Systemic Context. *American Antiquity*, 37 (2), pp. 156-165, 1972.
- UNESCO. Convenção sobre a proteção e promoção da Diversidade das Expressões Culturais, UNESCO, Paris- França, 2005.
- VILLAESCUSA, R.G. 2006. Una disciplina denominada arqueología del paisaje. *Apuntes de ciência y tecnologia*, 20:28-36.